

Declaração da Estrela

Preâmbulo

Reunidos em Seia, na Serra da Estrela, geógrafos de diferentes gerações e áreas de atuação — do ensino ao planeamento, da investigação à proteção civil, dos sistemas de informação geográfica à gestão ambiental — afirmam o seu compromisso com o fortalecimento da profissão e com o papel da Geografia na construção de territórios mais sustentáveis, justos e informados.

Num contexto marcado por desafios ambientais, demográficos, tecnológicos e sociais sem precedentes — e por uma evidente fragilidade de reconhecimento e articulação profissional identificada no inquérito nacional aos geógrafos — reafirmamos que a Geografia é essencial para compreender, planear e transformar o território, integrando conhecimento científico, rigor técnico e visão humanista.

1. Reconhecimento e Identidade Profissional

- **Afirmar o geógrafo como profissional indispensável** na leitura, gestão e transformação do território, na proteção civil, no ordenamento, na análise espacial e na formulação de políticas públicas. Esta afirmação deve traduzir-se numa intervenção ativa contra a substituição recorrente de geógrafos por outras formações técnico-científicas menos especializadas no desenvolvimento dos territórios.
- **Valorizar a diversidade de áreas de atuação**-reconhecendo que a pluralidade de percursos — do ensino à consultoria, dos Sistemas de Informação Geográfica, à investigação, da gestão biofísica e ambiental à análise e ao desenvolvimento socioeconómico e socioespacial — constitui uma vantagem competitiva da profissão. Esta multiplicidade deve ser entendida como fragmentação, mas como expressão da natureza interdisciplinar da Geografia, bem como da sua elevada versatilidade e capacidade de integração multisectorial e multiescalar.

Consolidar uma identidade profissional comum, alicerçada na ética, no serviço ao território e na produção de conhecimento rigoroso e socialmente relevante. Esta identidade partilhada deve promover maior coesão interna, reforçar a representação coletiva dos geógrafos e ultrapassar a atual percepção de desarticulação e ausência de liderança agregadora.

2. Representatividade e Organização

- **Reforçar a Associação Portuguesa de Geógrafos (APG)/Associação de Professores de Geografia (APROFGEÓ)/Associação Insular de Geografia (AIG)?** enquanto vozes unificadas e legítimas da comunidade geográfica, tornando-as mais participativas, inclusivas e orientadas para a ação. Este reforço implica ampliar a representatividade, melhorar mecanismos de comunicação interna e consolidar uma atuação coordenada.
- **Reforçar e estruturar a atuação da Task-Force da Geografia,** enquanto mecanismo ágil e colaborativo de intervenção nacional, responsável por acompanhar temas críticos para a profissão, emitir posições técnicas fundamentadas, promover articulação interassociativa e responder de forma coordenada aos desafios identificados no diagnóstico. A Task-Force deve incluir representantes da APG, APROFGEÓ e AIG, funcionando como espaço permanente de diálogo, liderança e ação estratégica.
- **Criar e dinamizar núcleos regionais e temáticos,** assegurando maior proximidade aos territórios, especialização técnica e continuidade das práticas colaborativas. Estes núcleos devem funcionar como plataformas de partilha de experiências, inovação, formação e resposta rápida a desafios emergentes, contribuindo para reduzir a fragmentação e para fortalecer a identidade coletiva.
- **Promover redes de cooperação formais e permanentes** entre escolas, universidades, centros de investigação, autarquias, organismos públicos, empresas, consultoras e entidades da sociedade civil, potenciando a intervenção do geógrafo em múltiplos setores. Esta colaboração sistemática deve contribuir para ampliar oportunidades profissionais, melhorar condições laborais ainda frágeis e consolidar a Geografia como disciplina estratégica para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

3. Formação, Inovação e Futuro

- **Reforçar a formação inicial e contínua dos professores de Geografia,** garantindo currículos universitários sólidos, coerentes e articulados com as necessidades reais do ensino básico e secundário. A formação docente deve integrar metodologias pedagógicas inovadoras capacitando os professores para transmitir aos alunos a compreensão das dinâmicas, problemáticas e desafios do desenvolvimento local. Neste contexto, a formação em Geografia assume um papel central na Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, promovendo a apropriação crítica, à escala local, de metas globais relacionadas com a sustentabilidade ambiental, a coesão social, a equidade territorial e a governação. A

atualização contínua, assegurada em articulação com as associações profissionais, é essencial para fortalecer a qualidade da educação geográfica e a literacia territorial das novas gerações.

- **Promover formação contínua estruturada para todos os geógrafos**, capaz de responder às fragilidades identificadas no ensino superior e na prática profissional — dispersão curricular, escassez de especialização e lacunas técnicas. Esta formação deve envolver universidades, associações e entidades públicas e privadas, garantindo atualização permanente e alinhamento com os desafios de desenvolvimento atuais dos territórios.
- **Integrar de forma sistemática competências emergentes**, como inteligência artificial, ciência e análise de dados espaciais, programação, modelação territorial e análise preditiva. Estas competências devem ser incorporadas sem perder as bases clássicas da Geografia — interpretação territorial, pensamento relacional e visão sistémica — assegurando profissionais tecnicamente avançados e intelectualmente sólidos.
- **Fomentar investigação aplicada orientada para problemas**, promovendo maior articulação entre academia e prática profissional. Incentivar a criação de laboratórios territoriais, projetos colaborativos, estágios e experiências de terreno que permitam testar soluções reais e aumentar a relevância social e política da Geografia.
- **Valorizar o geógrafo como mediador crítico entre sociedade e território**, capaz de interpretar a complexidade espacial numa era de transformação digital acelerada, intensificação dos riscos biofísicos e exigências crescentes de governação territorial. Esta valorização reforça a centralidade da Geografia como disciplina estratégica para o desenvolvimento sustentável do país.

4. Visibilidade e Comunicação

- **Desenvolver uma estratégia nacional integrada de comunicação da Geografia**, que responda ao fraco reconhecimento público identificado pelos profissionais, enquanto especialista do conhecimento territorial. Esta estratégia deve ser coordenada pelas associações e articulada com universidades, escolas e entidades públicas, garantindo coerência na mensagem e presença contínua no espaço mediático.
- **Promover campanhas públicas de valorização do papel do geógrafo**, evidenciando o contributo da disciplina para áreas críticas como alterações climáticas, ordenamento do território, mobilidade sustentável, ambiente, demografia, economia territorial, gestão de risco e proteção civil. Bem como para o planeamento, a análise e a promoção do desenvolvimento regional e local, em alinhamento com os princípios e prioridades da Agenda Territorial 2030 da União Europeia e com o

Programa Nacional Política de Ordenamento do Território. Estas campanhas devem utilizar linguagem acessível, dados científicos sólidos e exemplos concretos do impacto da Geografia na melhoria da qualidade de vida das populações, no reforço da coesão territorial e na valorização dos recursos locais.

- **Dinamizar redes digitais e plataformas colaborativas**, que facilitem a partilha de projetos, dados espaciais, mapas, recursos educativos e experiências profissionais. A criação de um ecossistema digital geográfico, aberto e interativo, responde a um dos desejos mais expressivos no inquérito nacional e contribui para fortalecer a comunidade e aumentar a visibilidade do trabalho produzido.
- **Assumir uma presença ativa e informada no debate público**, intervindo em temas territoriais com rigor científico, clareza comunicativa e capacidade pedagógica. A participação regular em meios de comunicação, debates, conferências e iniciativas públicas reforça a relevância social e estratégica da Geografia e posiciona os geógrafos como interlocutores essenciais na tomada de decisões.

5. Compromisso Coletivo

Os participantes do Encontro comprometem-se a:

- **Fortalecer a coesão da comunidade geográfica**, assumindo a colaboração como princípio estruturante e superando dinâmicas de competição, isolamento ou dispersão entre áreas, regiões e gerações. A unidade é condição essencial para afirmar a Geografia no espaço público, académico e profissional.
- **Participarativamente na construção e consolidação de estruturas de representação**, contribuindo para um modelo organizacional robusto, eficaz e amplamente participativo. Este compromisso inclui a reflexão informada sobre a criação de uma futura **Ordem dos Geógrafos**, recorrentemente sugerida no inquérito, e a valorização do papel das associações profissionais existentes.
- **Promover a integração da Geografia nas políticas públicas e nos processos de decisão**, reconhecendo o diagnóstico geográfico e territorial como condição fundamental para a conceção, implementação e avaliação de políticas de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento, garantindo que o conhecimento territorial — rigoroso, crítico e interdisciplinar — fundamenta estratégias de desenvolvimento sustentável, de adaptação às alterações climáticas, de gestão do risco e de planeamento territorial.
- **Criar e dinamizar uma agenda nacional conjunta de iniciativas APG/APROFGE/AIG**, que inclua eventos científicos, ações de formação, encontros regionais e atividades públicas de valorização da Geografia. Esta agenda comum deve reforçar o **Dia Nacional da Geografia (25 de fevereiro)** e consolidar o **Encontro**

Nacional de Profissionais de Geografia como momento anual de diálogo, participação e construção coletiva.

- Consolidar a **Task-Force da Geografia** como órgão permanente de cooperação interassociativa, garantindo coordenação estratégica, acompanhamento das políticas públicas territoriais e defesa ativa do papel da Geografia no ensino, na sociedade e no mercado de trabalho.
- Assumir a **Declaração da Estrela** como ponto de partida para um processo contínuo, comprometendo-se a acompanhar a sua implementação, avaliar progressos e contribuir para uma profissão mais reconhecida, influente e preparada para os desafios do futuro.
-

Símbolo e mensagem final

Da Serra da Estrela — território de montanha, resiliência, diversidade e centralidade geográfica — afirmamos que:

A Geografia é mais do que ciência: é compromisso com o espaço, com as pessoas e com o futuro.

A Declaração de Estrela é o ponto de partida para uma profissão mais unida, reconhecida e influente.

Enquadramento da Declaração

A Declaração da Estrela afirma a visão, as prioridades e os compromissos essenciais da comunidade de geógrafos profissionais em Portugal. Surge num contexto marcado por fragilidades de articulação interna, fraca valorização social da Geografia e crescente desvalorização do papel da escola e do ensino na sociedade. Este cenário coincide com desafios profundos no mercado de trabalho, transformações tecnológicas aceleradas e a necessidade urgente de reposicionar a Geografia como ciência central para compreender, planear e transformar o território.

A Declaração assenta na reflexão coletiva desenvolvida durante o Encontro Nacional de Profissionais de Geografia e nos resultados do inquérito nacional aos geógrafos, que evidenciaram não apenas problemas profissionais e institucionais, mas também a percepção de que a perda de relevância da Geografia na sociedade está estreitamente ligada ao enfraquecimento simbólico e político da educação e do papel social da escola.

1. Diagnóstico – o estado atual da profissão

1.1. Identidade e articulação profissional

Os geógrafos referem ausência de estruturas eficazes de cooperação, falta de espaços de partilha e uma percepção de liderança fragmentada. A desarticulação interna contribui para a fragilidade da identidade profissional e dificulta a capacidade de reivindicação num contexto em que também as instituições educativas enfrentam perda de prestígio e influência social. A comunidade identifica, por isso, a necessidade de reconstruir uma identidade forte, unificada e capaz de intervir nos debates públicos.

1.2. Reconhecimento público e enquadramento institucional

Persiste um défice significativo de reconhecimento das competências do geógrafo, tanto no setor público como no privado. O inquérito mostra substituição frequente dos geógrafos por profissionais de outras áreas, particularmente engenharia e tecnologias, reduzindo a visibilidade e o impacto da Geografia. Esta situação é reforçada por um ambiente social em que o conhecimento científico, a escola e a formação humanista e territorial são frequentemente desvalorizados. A criação de uma Ordem dos Geógrafos emerge como proposta recorrente, visando garantir representação, proteção profissional e afirmação pública.

1.3. Mercado de trabalho e condições profissionais

Os geógrafos assinalam salários pouco competitivos, carreiras pouco estruturadas e crescente pressão para reconversão técnica em áreas como análise de dados, programação ou modelação. No setor da consultoria, observa-se forte pressão sobre as equipas técnicas e uma desvalorização do trabalho especializado. A precarização e a falta de reconhecimento são agravadas pelo contexto mais amplo de desvalorização das profissões ligadas à educação e ao conhecimento.

1.4. Formação académica e competências

Os geógrafos assinalam salários pouco competitivos, carreiras pouco estruturadas e crescente pressão para reconversão técnica em áreas como análise de dados, programação ou modelação. No setor da consultoria, observa-se forte pressão sobre as equipas técnicas e uma desvalorização do trabalho especializado. A precarização e a falta de reconhecimento são agravadas pelo contexto mais amplo de desvalorização das profissões ligadas à educação e ao conhecimento.

1.5. Geografia no ensino

A Geografia tem vindo a perder espaço na matriz curricular nos currículos do ensino básico e secundário, contribuindo para a diminuição da literacia territorial e para uma percepção social menos clara sobre a relevância da disciplina. Esta retração não decorre apenas de opções curriculares, mas integra um fenómeno mais amplo de desvalorização da escola e da educação na sociedade, que reduz o reconhecimento do papel formativo da Geografia na construção de cidadania informada, consciente e participativa.